

# UMA ANÁLISE DAS GREVES GERAIS DURANTE O GOVERNO SARNEY POR MEIO DAS CHARGES NA IMPRENSA SINDICAL

Rozinaldo Antonio Miani <sup>1</sup>

## **Resumo:**

O período da “Nova República” (1985-1990) foi marcado por uma intensa mobilização popular que resultou, dentre outras ações, na realização de três greves gerais. Combinando com o período de redemocratização na sociedade brasileira, os movimentos sociais, de maneira geral, foram os principais protagonistas da organização de tais movimentos grevistas. Para conscientizar e mobilizar o trabalhador brasileiro a respeito da importância e da necessidade da greve geral, o movimento sindical investiu em diversos tipos de produções comunicativas com uma presença significativa de recursos iconográficos, principalmente, das charges. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar, por meio da análise do discurso chárigo, algumas charges referentes às greves gerais ocorridas durante o período da “Nova República” publicadas no contexto da imprensa sindical.

**Palavras-chave:** Governo Sarney; Nova República; greve geral, charge, imprensa sindical.

## **1. Introdução**

Durante a década de 1980, as lutas pela redemocratização no Brasil mobilizaram os mais diversos setores populares. Na vanguarda dessas lutas, o movimento sindical se destacou, principalmente, a partir da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma central sindical, em sua origem, com perspectiva classista e comprometida com a articulação política da classe trabalhadora brasileira. Com a derrota do movimento “Diretas Já!” e a implantação da chamada “Nova República”, na segunda metade da década de 1980, houve uma intensificação das lutas sociais e uma vigorosa atuação do movimento sindical que, dentre outras ações, protagonizou três greves gerais.

---

<sup>1</sup> Rozinaldo Antonio Miani - Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

Durante o governo Sarney (1985-1990) o lançamento de planos econômicos marcou a sociedade brasileira. No início de 1986, visando combater a inflação a partir do congelamento de preços e salários e da desindexação da economia, foi lançado o Plano Cruzado (fevereiro de 1986) que fez a inflação despencar durante os primeiros meses de sua vigência, mas que gerou um aumento no consumo e o posterior desabastecimento de vários produtos de primeira necessidade, principalmente, a carne bovina. Para tentar conter os problemas econômicos derivados do Plano Cruzado, o governo Sarney lançou outro pacote econômico no final de 1986, o Plano Cruzado II (novembro de 1986), que, por um lado, liberou os preços dos produtos e serviços e, por outro lado, promoveu mais perdas salariais. A resposta do movimento sindical contra as consequências negativas desses pacotes econômicos para os trabalhadores foi a realização de uma greve geral, ocorrida no dia 12 de dezembro de 1986. Alguns meses depois, ainda enfrentando graves problemas econômicos, o governo Sarney lançou o Plano Bresser (junho de 1987) que visava conter a alta dos preços e manter aquecida a demanda de consumo dos brasileiros, porém à custa da intensificação do arrocho salarial; novamente a resposta do movimento sindical foi uma greve geral que ocorreu em 20 de agosto de 1987. No início de 1989, ainda convivendo com altos índices de inflação, o governo Sarney anunciou outro pacote econômico, o Plano Verão (janeiro de 1989), que estabelecia congelamento de preços, serviços e tarifas públicas, mas também provocou mais arrocho salarial; para reivindicar a reposição integral das perdas salariais, o movimento sindical convocou a greve geral de 14 e 15 de março de 1989.

Para organizar os diversos setores da classe trabalhadora, bem como para mobilizar o conjunto da população brasileira no sentido de aderir aos respectivos movimentos grevistas, os organizadores e apoiadores de cada uma das greves gerais se utilizaram de diversas estratégias comunicativas, dentre elas as charges, consideradas como uma modalidade do humor gráfico e entendidas como uma espécie de “editorial gráfico”.

Neste sentido, o objetivo desse artigo é analisar as greves gerais ocorridas no Brasil durante o período do governo Sarney por meio das charges veiculadas pela imprensa sindical dos trabalhadores. Esse artigo é derivado de um trabalho de pesquisa que vem sendo realizado junto ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina há mais de uma década e que tem como propósito analisar a história do Brasil recente por meio das charges. Nesse processo, também vem sendo construída e sistematizada uma metodologia própria para análise de charges, que vimos chamando de análise do discurso chárstico, e que será a metodologia utilizada para a realização das análises aqui propostas.

## 2. O governo Sarney e os fracassos da busca pela estabilidade econômica

Por mais que a implantação do governo Sarney (1985-1990) tenha representado, em alguma medida, um importante avanço na história política brasileira, por se tratar de um governo que marcou uma ruptura (parcial) com o período autoritário da ditadura civil-militar (1964-1985), no âmbito econômico o governo Sarney foi definitivamente um fracasso.

Antes, porém, de enveredarmos nossa reflexão para a conjuntura econômica e social do referido governo (e, por conseguinte, do contexto impulsionador das greves gerais), é preciso fazer uma importante ressalva em relação ao que esse governo significou em termos políticos. De fato, com o governo Sarney houve uma “novidade” importante, pois José Sarney foi o primeiro presidente civil depois de mais de duas décadas de governos militares no Brasil. Porém, sua eleição ainda ocorreu de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral, e, portanto, não representou uma ruptura significativa com as bases do período anterior em relação à retomada da democracia e à reconquista do direito à participação política da sociedade brasileira nos processos eleitorais.

O período referente ao governo Sarney ficou conhecido como “Nova República” e se tratou de um período da história brasileira marcado por um “discurso de democracia”. No entanto, é preciso reconhecer que a implantação do processo de “transição democrática” foi marcada pelo signo da conciliação entre as elites, portanto, de natureza burguesa conservadora, processo este destinado a proporcionar a inserção do Brasil na então nova ordem global. A respeito da “Nova República”, a principal síntese que podemos apresentar foi construída por Florestan Fernandes (1986) quando afirma que:

Ela não rompeu com o passado, remoto ou recente. Não combateu de frente a ditadura. Contornou-a e prolongou-a. Nasceu de seu ventre e foi batizada em sua pia batismal. O Colégio Eleitoral tinha de ser o seu berço e, também, o seu leito de morte. A retórica empolgou a sua defesa, através da indústria cultural de comunicação de massas e da ação rasteira dos políticos profissionais. Todavia, a retórica está sendo desafiada pelos ritmos históricos da sociedade brasileira. Os diques romperam-se em todas as posições estratégicas do poder conservador. O governo que sucede à ditadura nasce marcado por sua ineficiência e impotência. Ele procura avançar na direção do “mudancismo”, mas as mudanças que ele apregoa envelheceram e se esvaziaram depois de mais de 20 anos de calamidade ditatorial. Ele busca alianças “populistas”, mas é manietado por seu conteúdo ambíguo e por suas impulsões conservadoras. Ele quer mobilizar o apoio popular, mas o faz desmobilizando a prática democrática dos vários movimentos populares (dos proletários, dos estudantes, das mulheres, dos professores, dos favelados, dos índios, dos negros, etc.). Portanto, confunde cooptação com democracia (FERNANDES, 1986, p.20).

Esclarecidos de que o governo Sarney não representou efetivamente uma mudança nos rumos políticos, econômicos e sociais praticados durante o período ditatorial no Brasil, o que vimos acontecer no âmbito das políticas econômicas da “Nova República” foi a tentativa de conter os descontroles, principalmente, em relação aos altíssimos índices de inflação.

Desde sua posse, o governo Sarney assumiu como principal tarefa, no âmbito político, buscar uma reformulação das instituições políticas para se adequar aos novos tempos “não-militares” e, no âmbito econômico, encontrar soluções para atingir uma estabilidade econômica baseada no controle da inflação e do déficit público. Para enfrentar este desafio, a principal medida praticada pelo governo foi a decretação de planos econômicos. Foram quatro ao longo de seus cinco anos de mandato.

No final do ano de 1985 a inflação havia atingido 242,23% (IPC) ao ano. Diante de tal situação a equipe econômica do governo Sarney, comandada pelo ministro Dílson Funaro, preparou o Plano Cruzado, anunciado em 28 de fevereiro de 1986. Dentre as principais medidas do plano houve a mudança da moeda de *cruzeiro* para *cruzado*, o congelamento de preços e salários e a instituição de gatilho salarial toda vez que a inflação atingisse 20% ao mês. Para garantir que o plano fosse bem-sucedido, o governo procurou envolver ao máximo a população na fiscalização da economia. Foi assim que surgiram os “fiscais do Sarney”:

O Plano Cruzado deu origem a uma figura que se tornou símbolo de um governo: o fiscal do Sarney; aquele brasileiro que apoiou o pacote, participou a fiscalização [*sic*] dos preços e fez denúncias dos abusos econômicos, garantindo, assim, uma grande visibilidade para os resultados concretos do plano. Tal comportamento rapidamente envolveu a maioria. Logo na 1ª semana do plano, metade da população de seis capitais afirmava já estar participando da fiscalização dos preços e outros 39% pretendiam participar (CESOP, 1994, p.9).

Apesar de todo o esforço do governo e do *marketing* governamental o Plano Cruzado conseguiu cumprir seus propósitos apenas por alguns meses. Já no início do segundo semestre de 1986 a sociedade brasileira começava a sofrer com o desabastecimento - ou seja, com a falta de mercadorias nas prateleiras dos supermercados - e muitos produtos passaram a ser vendidos a preços exorbitantes em razão do ágio cobrado pelos comerciantes. A carne bovina foi um dos exemplos mais significativos dessa realidade; esse produto simplesmente desapareceu dos mercados!

A solução para os problemas enfrentados pelo Plano Cruzado foi a decretação de um novo plano econômico, o Plano Cruzado II, que foi anunciado em 21 de novembro de 1986,

alguns dias após as eleições gerais de 1986. O novo plano acabou com o congelamento de preços, resultando na elevação das tarifas públicas, mas manteve o controle sobre os salários, provocando uma insatisfação generalizada da sociedade brasileira. Foi nesse contexto que eclodiu a primeira greve geral contra o governo Sarney, conclamada para o dia 12 de dezembro de 1986.

FIGURA 1



*Fonte:* Cartaz produzido pela CUT Nacional para mobilizar para a Greve Geral de 12 de dezembro de 1986.

Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/acervo/cartazes>>.

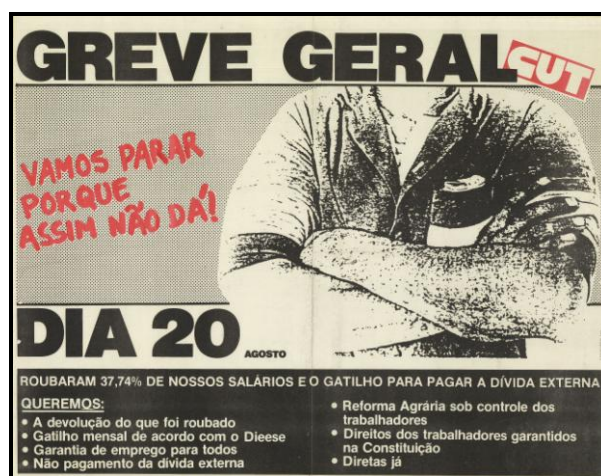
O fracasso das medidas previstas pelo Plano Cruzado II e a insatisfação da população com os rumos da economia resultou, dentre outras consequências, na saída de Dílson Funaro do Ministério da Fazenda. Em seu lugar assumiu Luiz Carlos Bresser-Pereira que, poucos meses após sua posse, lançaria um plano econômico com o seu nome, o Plano Bresser. As condições conjunturais na época da posse de Bresser Pereira já era um prenúncio de que um novo plano econômico estaria por vir, confirme afirmou José Pedro Macarini:

A conjuntura econômica era de profunda tensão: o esfacelamento da equipe econômica responsável pelo Plano Cruzado, a posição de extrema fragilidade vivida pelo ministro Funaro, o estado de absoluta indefinição do governo Sarney, a progressiva deterioração da economia - tudo isso era propício à disseminação das mais desencontradas expectativas e compunha um ambiente encorajador dos aumentos preventivos de preços como recurso defensivo de última instância. É evidente que a mudança de comando da política econômica iria aguçar a percepção de medidas iminentes. As posições absolutamente transparentes de Bresser e sua ampla divulgação, naquelas circunstâncias, foi um ingrediente de alto potencial desestabilizador das expectativas. O exame frio das estatísticas oculta o verdadeiro clima

imperante na economia, pairando como uma forte ameaça a qualquer programa consistente de política econômica. A consistência “técnica” é pré-condição necessária para o seu êxito, mas não é suficiente quando o estado das expectativas atua na contramão e o tempo dado à política econômica para reverter o quadro é limitado dada a singularidade da conjuntura política (MACARINI, 2009, p.43).

Em 12 de junho de 1987 foi anunciado o Plano Bresser. Justificando que se tratava de um plano que procurava incorporar os acertos do Plano Cruzado e, ao mesmo tempo, evitar os seus defeitos, o Plano Bresser previa novamente o congelamento de preços e salários, dessa vez por três meses, e a diminuição do déficit público como principais medidas. Porém, esse plano também não cumpriu suas expectativas e a inflação continuou alta; a estabilidade econômica não veio e os salários foram ainda mais arrojados (principalmente, pela desativação do gatilho salarial). A inflação naquele ano atingiu 363,41% (IPC). Como reação dos trabalhadores e da população em geral, a segunda greve geral do governo Sarney foi convocada para o dia 20 de agosto de 1987.

**FIGURA 2**



**Fonte:** Cartaz produzido pela CUT Nacional para mobilizar para a Greve Geral de 20 de agosto de 1987.

Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/acervo/cartazes>>.

Diante de novo fracasso, a equipe econômica comandada pelo ministro Bresser Pereira também sucumbiu. Em seu lugar no Ministério da Fazenda assumiu, em janeiro de 1988, Mailson da Nóbrega, que permaneceu no cargo até o final do governo Sarney. No seu primeiro ano como ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega aplicou uma política econômica considerada mais branda, preservando a correção monetária como estratégia para evitar uma hiperinflação; porém, suas medidas não surtiram efeito e a sociedade brasileira viu a inflação

atingir 980,21% (IPC) ao final do ano de 1988. Para combater a inflação e tentar conquistar a tão desejada estabilidade econômica, mais um plano econômico foi elaborado: o Plano Verão. Anunciado no dia 14 de janeiro de 1989, o referido plano decretou um novo congelamento de preços e criou uma nova moeda, o *cruzado novo*. Além disso, o plano previa cortes de gastos públicos e a privatização de algumas estatais.

Todas essas medidas repercutiram negativamente junto aos trabalhadores e à população de modo geral. Diante disso, o governo Sarney teve que enfrentar sua terceira greve geral, ocorrida nos dias 14 e 15 de março de 1989.

FIGURA 3



Fonte: Cartazes produzidos pela CUT Nacional para mobilizar para a Greve Geral de 14 e 15 de março de 1989.

Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/acervo/cartazes>>.

O governo Sarney seguiu até março de 1990 quando a Presidência da República foi assumida por Fernando Collor de Mello, que havia sido eleito nas eleições presidenciais de 1989 ao vencer o candidato Lula no segundo turno das eleições. O último ano do governo Sarney (1989) registrou uma inflação de 1.972,92 % (IPC), sem contar que só no mês de março de 1990 a inflação foi de 82,39%, a maior inflação mensal da história brasileira. Diante do cenário de hiperinflação, o governo Collor também acabou se utilizando da prática de planos econômicos desde o início de sua gestão (mas isso já é outra história...).

Enfim, toda essa história de implantação de planos econômicos durante o governo Sarney, na tentativa de controle da inflação e na busca pela estabilidade econômica, e, por conseguinte, de fracassos econômicos com consequências desastrosas para a população

brasileira em geral, foi marcada pela luta política da classe trabalhadora, principalmente, por meio da organização e realização de greves gerais. Esses episódios que marcaram a conjuntura política do contexto de luta de classes durante o governo Sarney foram retratados com criticidade e humor por meio das charges publicadas pela imprensa sindical. A partir de agora faremos uma breve reflexão a respeito da importância da greve geral como ferramenta de luta de classes para, em seguida, apresentar e analisar algumas charges a respeito das greves gerais ocorridas durante a segunda metade da década de 1980.

### **3. A greve geral como arma política durante o governo Sarney e sua retratação chárstica**

A greve pode ser considerada uma das mais importantes ferramentas de luta de classes. Embora, geralmente, limitada à luta por demandas econômicas, ainda assim causa grande temor nos setores patronais e na burguesia de modo geral. Em seu célebre texto “Sobre as greves” Lênin relembrou a frase proferida por um ministro do Interior alemão, perseguidor implacável de socialistas e lideranças operárias, que afirmou que “por trás de cada greve aflora a hidra da revolução” (*apud* LENIN, 1961, p.45). Em suas reflexões sobre as greves, Lênin prossegue:

Durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele pelos direitos do povo. Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital (LÊNIN, 1961, p.45-46).

A greve tem sido construída como estratégia política nos processos de organização e de mobilização dos trabalhadores ao longo da história brasileira e também tem sido bastante debatida no âmbito jurídico como parte importante do Direito Coletivo do Trabalho ou Direito Sindical. Nesse contexto, a definição de greve pode ser assim enunciada:

A greve representa um instrumento de defesa dos trabalhadores e define-se como uma das manifestações essenciais da organização coletiva e sindical. Pode ocorrer de várias formas, porém tem a finalidade de impelir a parte contrária a fazer ou não fazer alguma coisa. E essa outra parte não necessariamente será a beneficiária do trabalho prestado. Nos mais diversos



contextos históricos, a ação coletiva dos trabalhadores tem cunho conflitivo, e a greve sobressai-se como instrumento de pressão por excelência dessa classe (LIRA, 2009, p.59).

Considerando essa perspectiva de ser a greve um instrumento de defesa dos trabalhadores e, no limite, uma ferramenta de luta de classes, a sua ocorrência na história do Brasil esteve invariavelmente associada à luta política e/ou econômica dos trabalhadores contra os patrões e seus governos. Na sua grande maioria, as greves foram organizadas e realizadas por categorias profissionais específicas com o propósito de conquistar ou garantir direitos aos trabalhadores das respectivas categorias, ou seja, greves de caráter econômico. Porém, em alguns momentos, a classe trabalhadora como um todo se uniu em torno de greves gerais. A greve geral acaba por se tornar a expressão do agravamento das contradições sociais de uma determinada sociedade. Segundo Diego Cruz,

A greve geral não é apenas o resultado da unificação das lutas. É muito mais do que isso. A greve geral significa que os trabalhadores dos mais diversos ramos da produção passaram por cima de seus interesses corporativos e chegaram a uma reivindicação única, que eles tentarão impor por meio da ação direta nacional. Ao paralisar o país, a greve geral coloca - queira ela ou não - o seguinte problema: Quem governa a nação? Ou seja, questiona o poder da burguesia. A greve geral é a greve política por excelência. Justamente por isso ela se dirige, em geral, diretamente ao governo e às instituições do Estado, e não mais aos empresários isolados (CRUZ, 2014).

Quem também apresenta uma reflexão bastante produtiva - porque, abrangente - a respeito do sentido da greve geral é Boaventura de Sousa Santos, por ocasião de uma análise a respeito da greve geral em Portugal ocorrida em novembro de 2011. Para o referido autor,

[...] a greve geral foi sempre uma manifestação de resistência contra uma condição gravosa e injusta de carácter geral, ou seja, uma condição susceptível de afetar os trabalhadores, as classes populares ou até a sociedade no seu conjunto, mesmo se alguns sectores sociais ou profissionais fossem mais diretamente visados por ela (SANTOS, 2011).

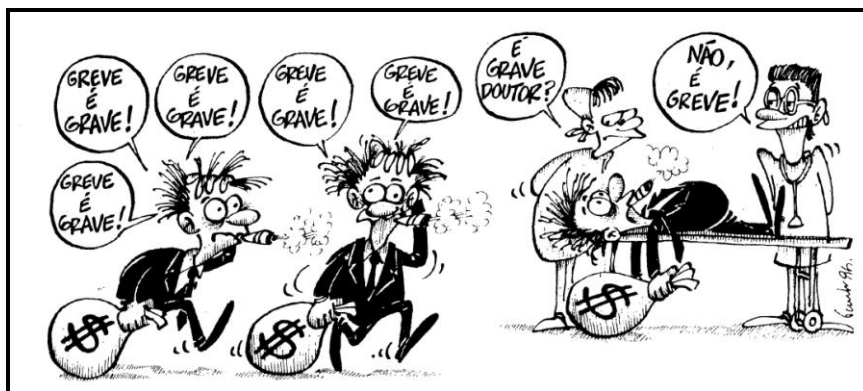
Durante o período do governo Sarney, as polêmicas e os impactos na condução política e econômica do referido governo levou a classe trabalhadora brasileira - com o apoio da população em geral - à organização e realização de três greves gerais. As consequências desastrosas dos planos econômicos e a insatisfação com as condições sociais e econômicas impostas aos trabalhadores resultaram nas greves gerais de 12 de dezembro de 1986, de 20 de agosto de 1987 e de 14 e 15 de março de 1989. Todas essas greves gerais foram amplamente

divulgadas e seus organizadores utilizaram as mais diversas estratégias comunicativas para apresentar os principais argumentos para justificar a necessidade de tais ações, bem como informar à sociedade brasileira a respeito das respectivas bandeiras de luta e palavras de ordem.

No contexto dessas produções comunicativas a presença das charges foi particularmente significativa, por se tratar de uma modalidade do humor gráfico marcada pela ludicidade, pela criticidade, pelo humor e, principalmente, por sua natureza dissertativa. A charge é uma produção comunicativa eminentemente política e “acaba sendo uma espécie de 'editorial gráfico'” (MARINGONI, 1996, p.86). As charges se propõem a satirizar um acontecimento específico e no contexto do governo Sarney, por ocasião das greves gerais, a imprensa sindical utilizou fartamente esse recurso imagético. A partir de agora, apresentaremos e analisaremos algumas dessas charges.

A primeira charge analisada se refere à greve geral de dezembro de 1986. Ela foi publicada pela *Tribuna Metalúrgica*, órgão oficial de comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e foi produzida pelo chargista Pecê (figura 4). Na imagem vemos um personagem representando um patrão carregando uma sacola de dinheiro (identificada pelo cifrão impresso na referida sacola). Ele se encaminha para um atendimento médico e, durante o percurso, aparentando certa desorientação, repete insistentemente e desesperadamente (como se pode perceber pelos olhos esbugalhados, por uma das mãos sobre a cabeça e por estar fumando compulsivamente) a frase “greve é grave”. Já deitado na maca e na companhia de um médico e seu assistente ele indaga se sua situação é grave (“É grave doutor?”). A resposta do médico completa o trocadinho e potencializa o sentido humorístico da situação: “Não, é greve!”.

FIGURA 4



Fonte: *Tribuna Metalúrgica 20 anos ilustrada*, p. 60. Charge sobre a greve geral de dezembro de 1986.

Trata-se de uma tira ch\u00e1rgica (apesar de n\u00e3o haver linhas divis\u00f3rias \u00e9 poss\u00edvel reconhecer que a situa\u00e7\u00e3o retrata tr\u00eas momentos distintos: dois momentos da caminhada do patr\u00e3o e seu posterior atendimento m\u00e9dico), que era bastante comum em alguns peri\u00f3dicos sindicais da \u00e9poca. Esta imagem remetia \u00e0 greve geral de dezembro de 1986 que estava sendo organizada pela Central \u00fanica dos Trabalhadores (CUT) - central sindical \u00e0 qual o respectivo sindicato era filiado e que foi um dos seus fundadores - como resposta \u00e0s consequ\u00eancias do Plano Cruzado e do Plano Cruzado II.

A greve geral, como j\u00e1 apresentado anteriormente, se constitui como uma importante ferramenta de luta pol\u00edtica dos trabalhadores. A imagem retrata de maneira humor\u00edstica (principalmente, por meio do trocadilho “greve” e “grave”) os impactos de tal a\u00e7\u00e3o pol\u00edtica junto aos patr\u00f5es, ou seja, levando-os ao desespero, pois estes tendem a reconhecer que quando os trabalhadores se unem em torno de seus interesses, sua situa\u00e7\u00e3o de privil\u00e9gios \u00e9 colocada em risco. A postura do m\u00e9dico ao reafirmar a greve e, com isso, refor\u00e7ar a gravidade da situa\u00e7\u00e3o para o patr\u00e3o, significava a confirma\u00e7\u00e3o de que a greve geral estava em curso e que iria trazer consequ\u00eancias para a (c\u00f4moda) realidade dos patr\u00f5es, al\u00e9m do que tamb\u00e9m representava o apoio dos mais diversos setores da popula\u00e7\u00e3o (como os m\u00e9dicos) \u00e0 greve geral.

A pr\u00f3xima charge selecionada para nossa an\u00e1lise \u00e9 de autoria do chargista Bira e foi produzida para o Sindicato dos Qu\u00edmicos e Farmac\u00eauticos de S\u00e3o Paulo tendo sido publicada no boletim *Sindiluta* (figura 5). A imagem apresenta as figuras do ent\u00e3o ministro da Fazenda D\u00edlson Funaro e do presidente da Rep\u00fablica Jos\u00e9 Sarney, caminhando cabisbaixos e desolados, e nem percebem que em sua dire\u00e7\u00e3o se aproxima um pacote em alta velocidade e em via de atingi-los.

**FIGURA 5**



*Fonte: Sindiluta.* Arquivo de imagens. Charge sobre a greve geral de dezembro de 1986.

A desolação apresentada pelos personagens reflete a própria aflição e agonia do governo em relação aos resultados dos dois planos econômicos lançados durante o ano de 1986. Inicialmente, o governo acreditava ter atingido os seus objetivos, pois durante os primeiros meses após o anúncio do Plano Cruzado a economia apresentou alguns sinais de estabilidade; porém, já no início do segundo semestre os problemas começaram a aparecer de maneira mais evidente tendo sido necessário, segundo o próprio governo, o lançamento de outro pacote econômico, o Plano Cruzado II. Como a economia não mostrou sinais de reação e, ao contrário, quem reagiu foram os trabalhadores ao deflagrar a greve geral de dezembro de 1986, o governo começava a agonizar diante da mobilização popular. Na charge, a insatisfação com o governo está representada pelo pacote sendo arremessado “de volta” contra os representantes do governo; ou seja, o governo jogou um pacote contra os trabalhadores e a sociedade em geral e estes, como reação, devolveram o pacote ao governo na forma de uma greve geral, convocada para o dia 12 de dezembro de 1986.

A terceira charge que selecionamos para este artigo está relacionada à greve geral de 20 de agosto de 1987. Também foi produzida pelo chargista Bira e foi publicada no *Sindiluta* (figura 6). Nesta charge, está explícita a relação com o episódio da greve geral. Vemos uma cena que parece uma tela de televisão, onde o locutor enuncia a seguinte frase: “os trabalhadores também preparam o disparo do gatilho...”; na parte superior da tela há uma imagem da palavra “greve” em formato de um revólver.

**FIGURA 6**



*Fonte: Sindiluta. Arquivo de imagens. Charge sobre a greve geral de agosto de 1987.*

Dentre as medidas econômicas estabelecidas pelo Plano Bresser havia sido criada a Unidade de Reajuste de Preços (URP); tratava-se de uma espécie de “gatilho” que seria aplicado nos preços e salários calculado pela média de inflação do trimestre anterior. Porém, o

que o governo não imaginava é que os empresários iriam repassar para os preços aquilo que argumentavam serem as perdas resultantes do impacto da desvalorização cambial - outra medida do plano -, não respeitando a regra do gatilho. Ou seja, na prática, o gatilho acabou valendo apenas para os salários, porque os preços estavam sendo corrigidos permanentemente, à revelia das determinações do governo.

Aproveitando o fato de que o “gatilho” era um termo de conhecimento público e que representava um problema para os trabalhadores, o chargista associou tal ideia ao processo de organização e mobilização em torno da greve geral de agosto de 1987. O desenho da palavra greve em formato de revólver e a fala do locutor anunciando que os trabalhadores estariam preparando o “disparo do gatilho” remetiam à greve geral contra o Plano Bresser e suas medidas, dentre elas, a política do gatilho, que só estava funcionando efetivamente para os salários e, com isso, promovendo mais arrocho salarial.

Para retratar a greve geral de 14 e 15 de março de 1989 selecionamos duas charges, ambas produzidas pelo chargista Márcio Baraldi e publicadas no boletim *Sindiquim*, do Sindicato dos Químicos do ABC. Na primeira delas (figura 7), vemos alguns personagens (criados pelo chargista para representar a categoria, portanto, figuras bem conhecida dos trabalhadores químicos da região com quem guardavam bastante identificação) olhando para o céu e visualizando uma nuvem escura (representando a greve geral) e um sol com elementos faciais que permitiam identificar claramente o então presidente da República José Sarney (principalmente, pelo bigode), numa expressão preocupada; há ainda, próximo ao “sol”, uma onomatopeia (glup) que representa uma manifestação de medo e preocupação. A fala de um dos personagens sintetiza bem a situação: “parece que vem aí uma tempestade de verão...”.

FIGURA 7



Fonte: *Sindiquim*, nº 262, de 27/01/89, p.1. Charge sobre a greve geral de março de 1989.

Parte considerável da iconografia produzida em referência à greve geral de março de 1989 fazia associações com a estação do ano que dava nome ao último dos planos econômicos do governo Sarney, o Plano Verão. O verão é a estação mais chuvosa do ano e, nesse sentido, a nuvem escura remete a essa característica. As chuvas de verão se formam repentinamente e vão, gradativamente, encobrendo o sol e podem eventualmente se transformar em fortes tempestades. Na imagem, a tempestade anunciada é, justamente, a greve geral que, pela construção humorística, representa a típica reação para aquele tipo de situação. Ou seja, o verão é marcado pelas tempestades e o governo Sarney marcado pelas lutas dos trabalhadores contra os pacotes econômicos, por meio das greves gerais.

Na última charge analisada (figura 8) vemos uma cena marcada por dois conjuntos de trabalhadores e trabalhadoras organizados e mobilizados: um deles com uma faixa remetendo ao Dia Internacional da Mulher (comemorado no dia 8 de março) e o outro indicando as lutas e mobilizações contra o Plano Verão (que estava sendo considerado pela classe trabalhadora como um “plano ladrão”, tendo sido, inclusive, produzido um símbolo visual com essa expressão, como se pode notar nos dois cartazes de divulgação da greve geral de março de 1989, conforme figura 3 deste artigo). Ao centro da imagem, vemos a figura de Sarney choramingando e manifestando seu pensamento: “Ai... e esse mês ainda tem greve geral...”.

**FIGURA 8**



*Fonte: Sindiquim, nº 279, de 03/03/89, p.1. Charge sobre a greve geral de março de 1989.*

Lançado em janeiro de 1989, logo nas primeiras semanas após o anúncio das medidas do Plano Verão diversas categorias trabalhistas já manifestavam seu descontentamento em relação ao referido pacote econômico. A deflagração de uma nova greve geral era iminente e ficou definido que seria nos dias 14 e 15 de março, uma semana após as atividades

comemorativas do Dia Internacional da Mulher, pois já era uma tradição do movimento sindical e de vários outros movimentos sociais cumprir uma agenda de atividades para pautar nessa data as lutas das mulheres no Brasil.

A charge retrata de maneira bastante sintética a conjuntura de mobilizações populares contra o governo Sarney e em defesa das causas históricas do movimento social. A figura de Sarney ao centro e aparentemente encurralado e fragilizado procurava reafirmar junto aos trabalhadores a necessidade de continuar pressionando o governo contra suas medidas econômicas antipopulares e, ao mesmo tempo, apontar para a mobilização como o caminho para promover as mudanças necessárias no país (afinal, aquele seria o ano em que, finalmente, a população brasileira reconquistaria o direito de votar para presidente da República).

#### **4. Considerações finais**

As greves gerais ocorridas durante o governo Sarney, além de terem sido a expressão do descontentamento dos trabalhadores e da população brasileira em geral em relação aos pacotes econômicos lançados durante o período da chamada “Nova República” e às mazelas produzidas por suas respectivas medidas antipopulares, representou a consolidação da retomada de uma prática política que, no limite, se constitui como uma das principais ferramentas de luta de classes. O tema das greves gerais no Brasil recente merece, em outra oportunidade, um debate aprofundado, inclusive, para avaliar os desdobramentos organizativos e políticos de tais movimentos grevistas junto às organizações da classe trabalhadora e seus efetivos impactos na recondução política praticada pelo próprio governo.

Nesse artigo, nosso propósito foi tão somente apresentar e analisar algumas charges produzidas pela imprensa sindical referentes às três greves gerais ocorridas durante o governo Sarney, reconhecendo que uma vasta iconografia foi preterida em razão dos limites aqui estabelecidos, bem como outras possibilidades de leitura das imagens aqui analisadas também poderiam ser executadas de maneira complementar ou mesmo para estabelecer outros contrapontos, porém tais demandas ficarão como compromisso para futuros trabalhos de pesquisa e análise.

#### **Referências**

CESOP. **Opinião Pública**, Campinas, vol. II, n. 1, junho, 1994 (Encarte Tendências).

CRUZ, Diego. **O que é uma greve?**, 28 de maio de 2014. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/o-que-e-uma-greve>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LÊNIN. **Sobre os sindicatos**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961.

LIRA, Fernanda Barreto. **A greve e os novos movimentos sociais**: para além da dogmática jurídica e da doutrina da OIT. São Paulo: LTr, 2009.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Sarney**: o colapso do Plano Cruzado (1986-1987). Campinas: IE/UNICAMP, ago. 2007. (Texto para Discussão, n. 128).

\_\_\_\_\_. **A política econômica do governo Sarney**: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987). Campinas: IE/UNICAMP, mar. 2009. (Texto para Discussão, n. 157).

MARINGONI, Gilberto. Humor da charge política no jornal. **Revista Comunicação & Educação**, n. 7, São Paulo: Moderna, 1996.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

\_\_\_\_\_. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **Revista Nona Arte**, São Paulo, vol. 1, n. 1, p. 37-48, 1º semestre/2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A greve geral**, 16 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-Greve-Geral/19488>>. Acesso em: 07 mai. 2018.